



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI N° 509/1970

Que dispõe sobre a cooperação financeira do Município de Passa Quatro com as entidades privadas.

O Povo do Município de Passa Quatro, por seus representantes, votou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1° A cooperação financeira do Município com as entidades privadas exercer-se-á pela concessão de subvenção, que serão de duas modalidades: ordinária e extraordinária.

§1° A subvenção ordinária será anualmente concedida a instituições assistenciais, regularmente organizadas, para auxiliar a realização de seus objetivos.

§2° A subvenção extraordinária será a que for concedida a qualquer entidade de caráter privado, para auxiliar a realização de atividades de natureza especial e temporária, sem prejuízo da subvenção ordinária, se houver.

Art. 2° O Município não concederá subvenções com a finalidade de serem empregadas na organização e instalação de instituições assistenciais, mas unicamente para a manutenção e o desenvolvimento das instituições já existentes.

§1° O Município concederá subvenção ordinária e instituições assistenciais de caráter privado e as que se proponham à realização de qualquer espécie de assistência ou serviço social.

§2° A concessão de subvenção ordinária a instituições assistenciais far-se-á anualmente e estará sujeita às prescrições desta lei.

§3° A subvenção ordinária não poderá ser aplicada em construções, reformas, adaptação ou conservação de prédios, embora pertencentes ao patrimônio das respectivas entidades.

Art. 3° A subvenção extraordinária relativa a atividades assistenciais conceder-se-á, quando não regulamentada por lei, consoante a exigência ou conveniência dos casos ocorrentes, a juízo do Prefeito.

§1° A subvenção extraordinária poderá ser requerida a qualquer tempo.

§2° Os requerimentos serão acompanhados de exposição justificativa, além dos documentos exigidos para subvenção ordinária, e, quando se tratar de obras, dos projetos, especificações e orçamentos dos serviços a serem realizados.

Art. 4° A subvenção municipal será concedida a instituições assistenciais das seguintes modalidades:

a) assistência médica;

b) amparo à maternidade;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

- c) proteção à saúde da criança;
- d) assistência a qualquer espécie de doente;
- e) assistência a toda sorte de necessitados e desvalidos;
- f) assistência à velhice e a invalidez;
- g) amparo à infância e à juventude em estado de abandono moral, intelectual ou físico;
- h) educação pré-primária, profissional, secundária e superior;
- i) educação e reeducação de adultos;
- j) amparo e educação de anormais;
- k) assistência a escolares;
- l) amparo a toda sorte de trabalhadores intelectuais ou morais.

Parágrafo único. A subvenção municipal será, igualmente, concedida a qualquer instituição cujo objetivo é a prestação de outras modalidades de assistência ou serviço social consignadas **in caput**.

Art. 5º A subvenção municipal não será concedida para instituição:

- a) que dispuser de recursos suficientes para a manutenção e ampliação de suas atividades;
- b) que não tiver nenhum patrimônio ou qualquer espécie de renda, mesmo irregular;
- c) que tiver a distribuição dos seus benefícios limitados aos próprios membros ou proprietários e respectivos familiares e não incluir em seus estatutos disposições expressas relativas à prestação de serviços gratuitos a pessoas não pertencentes ao seu quadro social;
- d) que não estiver devidamente registrada na Secretaria da Prefeitura ou unidade administrativa correspondente.

Art. 6º A instituição de assistência que pretender subvenção municipal deverá requerer ao Prefeito, provando com documentos hábeis os seguintes requisitos:

- a) que se acha legalmente constituída, com personalidade jurídica;
- b) que tem mais de um ano de funcionamento contínuo;
- c) que se destina a algumas das finalidades constantes do artigo 4º;
- d) que dispõe de patrimônio ou de renda regular;
- e) que não recebe qualquer outro auxílio financeiro do Município;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

f) que não dispõe de recursos próprios suficientes para a manutenção ou ampliação de suas atividades.

Parágrafo único. A instituição deverá provar, ainda, que presta com real utilidade, serviços gratuitos a pessoas ou famílias necessitadas.

Art. 7º A subvenção municipal será requerida até o dia 30 de junho para o ano seguinte.

§1º O requisito da alínea “a” do artigo anterior deverá ser provado mediante certidão do registro público. Os demais requisitos do mesmo artigo deverão ser provados mediante atos, com firmas reconhecidas.

§2º Somente para a percepção da subvenção pela primeira vez é que a instituição deverá provar o requisito da alínea “a” do artigo anterior.

§3º Ao requerer pela primeira vez a subvenção, a instituição deverá apresentar cópia de seus estatutos e descrição de suas instalações.

§4º Com o pedido da subvenção, a instituição apresentará dados numéricos das suas realizações e o balanço de suas contas no exercício anterior.

Art. 8º Ao requerer a subvenção, a instituição prestará contas da aplicação das subvenções que houver recebido no exercício anterior, que serão examinadas e aprovadas ou não, sendo, neste caso, tomadas as providências julgadas necessárias.

Parágrafo único. A Instituição, cujas contas não forem aprovadas ou prestadas, não poderá receber nova subvenção.

Art. 9º O Orçamento da Despesa do Município consignará dotações globais, observada a classificação funcional para pagamento das subvenções concedidas até 15 de setembro do exercício anterior.

Parágrafo único. O pagamento da subvenção extraordinária correrá, igualmente, por conta de dotações globais incluídas no orçamento do Município, na forma estabelecida **in caput**, ou à conta de crédito próprio.

Art. 10. Toda vez que o estatuto de uma instituição subvencionada for alterado, tal alteração deverá ser comunicada à Prefeitura.

Art. 11. Haverá na Prefeitura em registro de todas as instituições subvencionadas na forma desta lei, contendo a descrição da sua organização e das suas atividades, bem como das suas relações com o Governo Municipal.

Art. 12. Não será considerado subvenção o recurso financeiro que o Município conceder a entidade de caráter privado para, mediante contrato, realizar os serviços públicos que lhe convier.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 13. Revogadas as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

Passa Quatro, 30 de dezembro de 1970.

José Mota Pelegrini
Prefeito Municipal

Pedro Mossri
Secretário